

23 AGO 1979
O GLOBO

Sarney levará relato sobre reformas a Figueiredo

BRASÍLIA (O GLOBO) — O relator do projeto de reformas políticas na Comissão Mista do Congresso, Senador José Sarney, terá audiência segunda-feira, às 15h30m, com o General João Baptista de Figueiredo, para lhe apresentar relatório do andamento do projeto, incluindo as propostas de subemendas da oposição.

O Senador marcou a audiência ontem à noite, no encontro de dirigentes arenistas com o candidato a Presidente, em seu escritório no Hotel Aracoara. Sarney disse que no meio da semana terá também encontro com o Presidente Geisel, a quem fará relatório mais amplo, pois incluirá nele as impressões de Figueiredo.

Segundo José Sarney, o General Figueiredo está muito interessado no projeto, "pois um dos objetivos de seu Governo — disse o Senador — será o prosseguimento da abertura democrática iniciada pelo Governo do Presidente Geisel".

O Senador maranhense adiantou ainda que a participação do candidato a Presidente no exame do projeto de reformas "é de suma importância, pois ele vai governar na fase de implantação do estado de direito".

Dirigentes arenistas revelaram que a reunião do Conselho de Desenvolvimento Político, prevista para a próxima semana e destinada ao exame do substitutivo que Sarney está elaborando, ficou adiada por mais uma semana, mas o substitutivo será apresentado à Comissão Mista no início de setembro.

ANTÍDOTOS

Ao analisar ontem o projeto de reformas do Governo, o Deputado Flávio Marcílio (Arena-CE) defendeu a "adoção de antídotos institucionais capazes de debelar o solapamento do regime político". No entanto, considerou, estas salvaguardas "devem funcionar nas duas direções, protegendo a ação governamental e a liberdade individual, pois só assim não se transformarão em instrumentos da prepotência governamental e em disfarce de regimes de força".

Flávio Marcílio aplaudiu a extinção do AI-5, "fonte de todo arbítrio e prepotência", e o restabelecimento das prerrogativas da Magistratura e das imunidades do Poder Legislativo, mas lamentou que o projeto de reformas mantenha, além do estado de sítio, o denominado estado de emergência.

— Não defendemos que o Estado se prive das medidas de defesa, das salvaguardas, mas é preciso um justo equilíbrio entre a ação dos governantes e o direito dos governados — declarou o Deputado.